



## ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DE ALUNOS PARTICIPANTES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFPE – CAMPUS RECIFE

Bárbara Camila de P. Albuquerque<sup>1</sup>, Rosivânia da Silva Andrade<sup>1</sup>  
Ana Patrícia S. T. Falcão<sup>2</sup>, Kilma da Silva Lima<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Graduandas de Licenciatura Plena em Química - IFPE. Bolsistas do IFPE/CNPq. E-mail: [babypina04@gmail.com](mailto:babypina04@gmail.com); [rosivaniandrade@gmail.com](mailto:rosivaniandrade@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Nutrição – IFPE/ESEF-UPE. Pesquisadora do GEPEC/Líder do Grupo de Pesquisa GEES. E-mail: [apstfalcao@hotmail.com](mailto:apstfalcao@hotmail.com)

<sup>3</sup>Mestre em Ensino das Ciências – IFPE. Líder do Grupo de Pesquisa GEPEC. Email: [lima.kilma@yahoo.com.br](mailto:lima.kilma@yahoo.com.br)

**Resumo:** A Assistência estudantil começou a ser colocada em prática no Brasil a partir da década de 90 juntamente com a promulgação do PNAES pelo Ministério da Educação em 2008, com o objetivo de fornecer os meios necessários para o melhor desempenho acadêmico dos estudantes de baixa renda que são excluídos pela sociedade. Sendo assim, esta pesquisa tem o objetivo de analisar o Perfil Socioeconômico de estudantes beneficiários por Programas de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus Recife* no ano de 2011, objetivando investigar se os mesmos vivem em condições de vulnerabilidade social. A pesquisa realizada trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa sendo do tipo de campo descritiva, apresentando como sujeitos envolvidos na pesquisa os estudantes do Ensino Médio e Técnico que receberam auxílio estudantil no ano de 2011, perfazendo um total de 70 alunos. Utilizou-se o banco de dados secundário do referido *Campus*, sendo os mesmos organizados em uma planilha do Excel, inserindo as variáveis, como: idade, sexo, zona de residência, município, renda mensal da família, quantidade de pessoas que dependem da renda mensal, e a escolaridade dos estudantes. Nessa perspectiva, o trabalho apresentou os seguintes resultados: a faixa etária dos estudantes envolvidos na Assistência estudantil (16 a 39 anos), todos residem na zona urbana, 53% dos estudantes apresenta-se como sendo do gênero masculino; e 60% cursam o Ensino Médio e Técnico, simultaneamente. Ressalta-se ainda, que em relação à renda salarial, 80% dos estudantes analisados, vivem em condições de vulnerabilidade social, e mesmo assim não perdem o interesse e o estímulo para a construção de sua formação profissional e pessoal.

**Palavras-chave:** assistência estudantil, perfil socioeconômico, vulnerabilidade social

### 1. INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas de Ações afirmativas são programas implantados pelo governo, nas escalas federal, estadual e municipal, com intuito de contribuir a favor do bem coletivo, mais também de remover barreiras formais e informais a fim de permitir o acesso de um grupo da população ao mercado de trabalho, e universidades (OLIVAN, 2007).

A Assistência estudantil, portanto, surge como segmento das Políticas públicas educacionais, e obteve sua expansão no Brasil a partir da década de 90, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Porém, com a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, no ano de 2008, a Assistência ao educando obteve seu marco, apresentando assim mais contribuições para o âmbito educacional.

O PNAES apoia a permanência dos estudantes de baixa renda matriculados em todos os cursos de graduação nas instituições de Ensino Superior no Brasil, com o objetivo de oferecer oportunidades para o jovem por meio de programas que oferecem bolsas de Assistência estudantil, como também os auxílios alimentação e moradia estudantil; mais também com a finalidade de contribuir para o melhor êxito e desempenho acadêmico (MEC, 2008).



Em concordância com Araújo (p.99, 2003), pode-se afirmar que:

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a Assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento.

Nesse contexto é necessário que haja processos para que os jovens tenham participação efetiva na dinâmica social de sua comunidade atuando como Protagonistas. De acordo com esse entendimento, a Assistência estudantil também é responsável pelo provimento de recursos para a sobrevivência do estudante durante seu período acadêmico, como alimentação, transporte e moradia, e como afirma Vasconcelos (p. 409, 2010) “a Assistência estudantil tem o objetivo de fornecer recursos para facilitar o desempenho acadêmico”.

Tendo em vista a liberação de recursos de auxílio estudantil, é necessário que se faça uma análise do Perfil Socioeconômico destes estudantes, esse fato é observado segundo o PNAES (2008), pois para a liberação de recursos é necessário que se leve em consideração as condições socioeconômicas dos mesmos.

Para a realização da análise é necessário identificar quais são os principais indicadores socioeconômicos que mostram a realidade que se encontram estes jovens. Para investigar as condições econômicas, a análise é baseada na renda mensal da família do jovem, tomando como base o salário mínimo, como também a quantidade de dependentes dessa renda. Em relação às condições sociais é realizada uma observação de acordo com a idade, sexo, e zona de residência (urbana ou rural).

Assim, o trabalho busca investigar o Perfil Socioeconômico de estudantes beneficiários por Programas de Assistência estudantil desenvolvidas em um *Campus* industrial (Recife), realizando uma avaliação e descrição do perfil desses estudantes, averiguando se os mesmos vivem em condições de vulnerabilidade social.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa sendo do tipo de campo descritiva, cuja finalidade foi descrever o Perfil Socioeconômico de estudantes beneficiários por Programas de Assistência estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE *Campus* Recife no ano de 2011.

Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram os alunos do Ensino Médio e Técnico que receberam auxílio estudantil no IFPE – *Campus* Recife no ano de 2011, perfazendo um total de 70 alunos.

Utilizou-se o banco de dados secundário do referido *Campus*, sendo os mesmos organizados em uma planilha do Excel, na qual teve a finalidade de organizar os dados obtidos através das variáveis selecionadas para análise, como: idade, sexo, zona de residência, município, renda mensal da família, quantidade de pessoas que dependem da renda mensal, e sua escolaridade.

Os dados estavam arquivados em pastas no formato de fichas individuais impressas, sendo o processo de seleção da amostra utilizado o sistemático, calculando o salto amostral ( $K = N/n$ ), selecionando assim 70 fichas. Os dados foram analisados utilizando o programa estatístico SPSS versão 10.0.



### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *Campus* Recife oferece Cursos para a profissionalização de jovens e adultos, preparando-os para o mercado de trabalho, desenvolvendo políticas com o objetivo de inserí-los e integrá-los na sociedade por meio também de políticas de assistência ao educando.

Essas políticas de assistência têm o objetivo de desenvolver ações de forma que atendam necessidades específicas da sociedade, como saúde, educação e meio ambiente. Outro conceito utilizado para as Políticas Públicas é que as mesmas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (SEBRAE, 2008).

Em se tratando do objetivo do *Campus* em desenvolver Políticas de ações afirmativas, os sujeitos apontam para assistir os educandos que se encontram em condições de vulnerabilidade social, de modo a garantir não só o acesso dos mesmos, como também, a permanência e o êxito apontando para um sentido educacional/pedagógico.

Vale ressaltar que as regiões Norte e Nordeste ainda são apresentadas como áreas de pobreza em relação ao Sul e Sudeste e o estado de Pernambuco, com base em dados do ano 2000 em documento citado por Lopes *et al* (2008), apresentava ainda uma maior proporção de pobreza.

Neste contexto, é observado que os jovens de baixa renda de vários níveis de ensino recebem auxílio estudantil para seu melhor desempenho acadêmico por meio de Bolsas de Monitoria, Pesquisa e Extensão, como também alguns auxílios para alimentação, moradia, transporte, saúde e lazer, e atuam também, na modalidade de aluno colaborador, conforme as orientações do Plano Nacional de Assistência estudantil – PNAES.

Porém existem discussões que afirmam, que não apenas os jovens de baixa renda têm o direito de serem auxiliados pela Assistência estudantil, segundo a opinião de Sposati (2004, p.42):

A Política de assistência social inscrita na CF/88 contesta o conceito de população beneficiária como marginal ou carente o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal, tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco e vulnerabilidade, não sendo destinada somente a população pobre. (SPOSATI, 2004, p.42)

De acordo com a análise dos dados da zona de residência, foi observado que todos os alunos participantes da Assistência estudantil do *Campus* Recife, residem em área urbana, e em sua maioria na cidade em que fica localizada a instituição de ensino, como também em alguns municípios da Região Metropolitana e em cidades do interior.

Apesar destes estudantes residirem no Município de Recife, precisam do auxílio para transporte, principalmente os das cidades circunvizinhas e em cidades do interior, como: Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Carpina, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão, Lagoa de Itaenga, Itapissuma, Olinda, Paudalho, Recife, Ribeirão, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão.

O gráfico a seguir, mostra a distribuição dos municípios onde habitam os estudantes que são auxiliados pelos programas de assistência estudantil, informando também a percentagem de cada município.

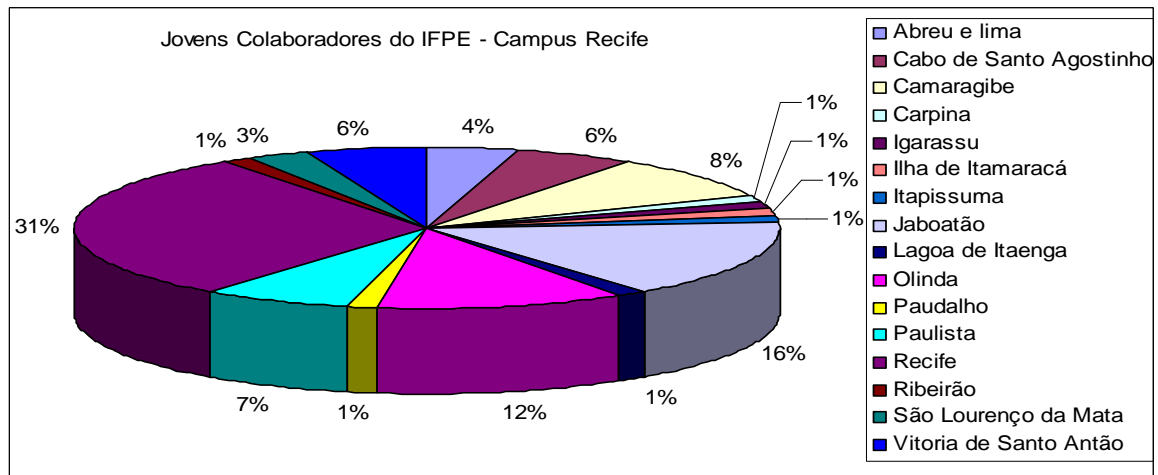


Gráfico 1: Distribuição por frequência relativa dos alunos assistidos pelos Programas de Assistência Estudantil alocados por Municípios.

Com base na análise dos dados secundários coletados em relação às condições sociais dos estudantes do referido *Campus*, foi analisado que o interesse em estudar não existe apenas nos mais jovens (entre 16 e 21 anos), como também nos adultos jovens (entre 21 e 39 anos), pois estão em busca de mais conhecimento, mais qualificação profissional.

Ainda em relação às condições sociais, ressaltamos que 53% dos estudantes com o perfil analisado são do gênero masculino. Porém, o fato de existirem mais homens que mulheres, não implica dizer que eles terão mais privilégios, mantendo dessa forma, uma equidade de gênero.

Nesse contexto sobre Equidade de gênero, a Socióloga Castro (p.2, 2004) afirma que “Assim por conta dos sistemas de relações sociais entre os sexos, ou de gênero, em uma série de indicadores, objetivos, de classe, como lugar quanto à remuneração do seu trabalho, as mulheres se posicionam em pior situação que os homens, e também por indicadores subjetivos e culturais se identificam divisões sexuais de poder, de trabalho, de três lugares próprios de circulação, e do prazer.”

Historicamente e socialmente, destacando as “desigualdades”, os conceitos de ações afirmativas são trazidos também por Kassouff *et al* (2004) quando fala da existência da pobreza indicando ser a má distribuição de renda a causa desta pobreza e conseqüentemente desigualdades e discriminação.

No diagnóstico realizado em relação às condições econômicas, não é difícil de ser observada a situação de pobreza da família. De acordo com a análise, ficou claro que mesmo esses estudantes residindo em Municípios da Região Metropolitana do Recife, como Jaboatão, Olinda e Camaragibe, a renda total da família chega a ser insuficiente para manter todos os custos básicos dos dependentes desta renda, recebendo em alguns casos um valor inferior ao salário mínimo.

Nesse sentido, são consideradas pobres aquelas pessoas que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos sendo, portanto, excluídos em graus diferenciados da riqueza social (YAZBEC, 2003).

De acordo com os 49% dos perfis analisados, foi identificado que mesmo com a faixa salarial sendo inferior ao salário mínimo, ainda existem famílias que com esta renda sustentam no mínimo quatro pessoas, sendo necessária uma renda extra para suprir as necessidades básicas, como: saúde, educação, moradia e alimentação.

A tabela abaixo mostra a média dos 70 perfis analisados, em relação aos dados da renda mensal, renda por dependente, quantidade de dependentes; mais também apresenta uma média da idade destes estudantes.



Tabela 1: Variável distribuída de acordo com média dos dados obtidos como apresenta também o valor máximo e mínimo de cada variável.

VARIÁVEIS	MÉDIA	MÍNIMO	MÁXIMO
Renda Mensal	R\$ 304,86	R\$ 101,00	R\$ 1.220,00
Renda por dependente	R\$ 88,28	R\$ 25,25	R\$ 174,30
Quantidade de dependentes	3,5	4	7
Idade	20,1	16	39

Com base nos Cursos que estão inseridos os 49% dos estudantes analisados, 50% encontram-se cursando, o Ensino Médio e o Técnico, simultaneamente. Dentre os cursos técnicos, os mais procurados entre os estudantes que são beneficiados pelos programas de assistência estudantil, estão: Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Refrigeração, Saneamento, Segurança do trabalho, Telecomunicações.

O IFPE – *Campus Recife* atualmente oferece cursos que abrange várias áreas do conhecimento, vão desde os Cursos Técnicos, os Cursos Tecnólogos, de Graduação, e ainda os programas de Pós-Graduação *Lato Sensu* e recentemente, a aprovação do Primeiro Programa de Pós-Graduação a nível *Stricto Sensu* (Mestrado Profissional em Meio Ambiente).

## 6. CONCLUSÕES

É imprescindível o estudo do perfil socioeconômico dos estudantes para a construção e tomadas de decisões das políticas de Assistência estudantil, em que as variáveis levantadas apontam para uma concordância e aproximação para o conceito de vulnerabilidade social. Podendo ressaltar que 53% dos estudantes assistidos sendo do gênero masculino, não implica dizer que possuem mais privilégios que as mulheres, mantendo dessa forma uma equidade de gênero.

Segundo a média das idades destes estudantes é fácil de observar que mesmo estas pessoas comprovando baixa renda não perdem o interesse na busca de construção do conhecimento, buscando assim meios para sua formação. Em termos percentuais, 50% dos alunos assistidos estudam o Ensino Médio integrado ao Técnico, sendo os Cursos de Refrigeração, Mecânica, Saneamento e Segurança do Trabalho, como os mais procurados.

Dentre os 49% dos estudantes, a maioria reside na Região Metropolitana do Recife, sendo os Municípios mais habitados, a própria cidade do Recife, Jaboatão, Olinda e Paulista.

Pelo fato da maioria desses estudantes residirem em cidades que são consideradas como apresentando qualidade de vida relativamente favorável, não implica dizer que todas as pessoas usufruem desta qualidade. Essa consideração é observada de acordo com a renda salarial, a partir do momento que uma família com renda inferior a dois salários mínimos chega a sustentar às vezes até seis pessoas.

Apresentando como considerações finais de acordo com os dados levantados, principalmente em relação à renda, a maioria dos estudantes se encontra em condições de vulnerabilidade social. O termo vulnerabilidade social, portanto, é utilizado para identificar aquelas pessoas que se apresentam em condição de pobreza, sendo entendida como não possuindo todos os recursos necessários para o mesmo ser autônomo, atuando como Protagonista.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Josimeire O. O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.



CASTRO, Mary G. Políticas Públicas por Identidade e de Ações afirmativas. Acessando Gênero e Raça, na Classe, focalizando juventudes. São Paulo. 2004.

KASSOUFF, A. L.; NUNES, A. de A.; PONTILI, R. M. e RODRIGUES, F. A. **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília: OIT/Programas IPEC América do Sul, 2004, 108 p.

LOPES, B; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Assistência Estudantil.

Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 27/07/2012.

POLÍTICAS PÚBLICAS CONCEITOS E PRÁTICAS. Série Políticas públicas, v.7, SEBRAE, Minas Gerais, 2008.

SILVA, Pedro L. B.; MELO, Marcus A. B. O Processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação e programas e projetos. Campinas, NEPP-UNICAMP, 2000.

SPOSATI, A. O. (Coord). A Assistência Social no Brasil 1983-1990. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da Evolução da Assistência Estudantil ao longo da História da Educação Superior no Brasil. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n.3, p. 399-411, 2010.

YAZBEC, MC. 2003. Classes subalternas e Assistência social. (4a ed.). Ed. Cortez, São Paulo.